

## ATA 06 /07 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1

2

3 Aos quinze dias do mês de março de 2007, tendo por local o auditório da Secretaria  
4 Municipal da Saúde, na av. João Pessoa, 325, as 18:30 hs, realizou-se Plenária  
5 **EXTRAORDINÁRIA** do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, tendo a  
6 seguinte Pauta: 1)Abertura, 2)Apreciação e votação da Ata 04/07, 3)Faltas  
7 Justificadas, 4)Informes, 5)Pauta Principal: PROJETO DOS IMPLANTES  
8 INTRADÉRMICOS. Estavam presentes os seguintes Conselheiros titulares: **1)Nei**  
9 **Carvalho, 2)Oscar Paniz, 3)José Antônio dos Santos, 4)Clodomar Freitas, 5)Maria**  
10 **Letícia de Oliveira Garcia, 6)Paulo Goulart dos Santos, 7)Félix Giambastiani da**  
11 **Costa, 8)Deoclides Ferreira de Almeida, 9)Jaci dos Santos, 10)Zilda de Moraes**  
12 **Martins, 11)Maria Ivone Dill, 12)Maria Encarnacion Morales Ortega, 13)Elen Maria**  
13 **Borba, 14)Paulo Antônio Stollben, 15)Heloísa Helena Rousselet de Alencar,**  
14 **16)Maria Helena França, 17)Eliomar Rodrigues da Rosa, 18)Wilson Valério Lopes,**  
15 **19)Mara Rejane Weber, 20)Tania Ledi da Luz Ruchinsque, 21)Lísia Hausen Gabe,**  
16 **22)Nauro Aguiar, 23)Maria da Graça Labrea, 24)Isis Azevedo da Silveira,**  
17 **25)Janete Nunes Soares, 26)Maria Rejane Seibel, 27)Alair Rosinete da Silva,**  
18 **28)Jairo Tessari, 29)Alcides Pozzobon, 30)Roger dos Santos Rosa, 31)Izolda**  
19 **Machado de Oliveira, 32)Márcia Nunes.** Os Conselheiros suplentes presentes eram:  
20 **1)Miriam França, 2)Humberto José Scorza, 3)Renê Miguel Alves, 4)Maria Geneci**  
21 **da Silva, 5)Cláudia Feldmann Gonçalves, 6)Rosa Anacleta Vaz Carvalho, 7)Álvaro**  
22 **Correa.** Justificaram suas ausências, Débora Melecchi, Lizete Carneiro, Nidia  
23 Albuquerque e José Carlos Vieira. A Coordenadora, ZILDA MARTINS, submete a  
24 apreciação a Ata 04/07. Não havendo nada a ser corrigido a mesma é colocada em  
25 votação sendo aprovada por 18 votos favoráveis, nenhum contrário e 8 abstenções.  
26 Iniciam-se os informes. O Conselheiro OSCAR PANIZ faz então uma proposta para a  
27 primeira reunião de organização da Conferência Municipal de Saúde e na sua opinião  
28 deverá ocorrer nas próximas duas semanas. Após várias sugestões fica definida a  
29 data de 20 de março próximo, as 18:30hs. Continuando o Conselheiro OSCAR, traz  
30 uma proposta de realizarmos um Seminário Interno no Conselho Municipal de Saúde  
31 sobre Organização e Planejamento. O nosso Conselho esta atingindo um porte cada  
32 vez maior e precisamos rever nosso papel e nos organizarmos melhor. Estamos  
33 sugerindo a data de 12 de maio de 2007, um sábado, todo o dia, para executarmos  
34 esta tarefa. Não havendo nada em contrário, considerou-se a proposta aprovada.  
35 Lembra também o OSCAR que na aproxima quinta feira, 22 de março teremos uma  
36 Plenária onde o tema será a Tuberculose e no dia 29 de março a Plenária sobre  
37 Prestação de Constas do Quarto Trimestre de 2006 . Continuando os informes a  
38 ZILDA MARTINS relata que esteve no Conselho Estadual de Saúde onde lá foi  
39 encaminhada uma moção de apoio a “Saúde dos Hospitais” Lá foi proposto que os  
40 Conselhos Municipais também fizessem suas moções de apoio. O Conselheiro JAIRO  
41 TESSARI, sobre o mesmo tema, lembra que o movimento chama-se “Saúde Para os  
42 Hospitais” que é organizado pela Federação das Santas Casas, pelo Sindicato dos  
43 Hospitais Filantrópicos, pelos 27 Sindisaúde, através de sua Federação, do Conselho  
44 Estadual de Saúde e a FAMURS. Estamos lutando, buscando o cumprimento da  
45 Emenda Constitucional 29 pelo Estado do RS, pela destinação, pela União para o  
46 aumento nas tabelas de financiamentos do SUS. O Conselho Estadual de Saúde tirou  
47 uma decisão que irá recomendar aos Conselhos Regionais e Municipais de Saúde uma  
48 adesão à este movimento. Na verdade é um movimento que busca mais recursos para  
49 o SUS no RS. Na seqüência fala o Sr. DOMINIQUE, que relata uma trajetória de mau  
50 atendimento em relação a sua pessoa, na Santa Casa de Misericórdia. Fala o  
51 Conselheiro PAULO STOELBEN, dizendo, em nome da Comissão de Fiscalização,  
52 que está sendo preparado um documento em relação aos micro-ônibus que estão  
53 transportando pacientes para Porto Alegre. A Comissão fez uma visita à Santa Casa  
54 ontem e aqui não estamos criticando a Instituição, pois sabemos que o problema é

55 bem maior, pois os municípios não estão recebendo as verbas do Estado e largando  
56 os pacientes em Porto Alegre. Se manifesta a Conselheira MARA WEBER, dizendo  
57 que em relação a sua entidade não há consenso em relação a esta questão do  
58 movimento dos Hospitais. Entre os trabalhadores do movimento sindical, a CUT não  
59 tirou posição, porque está sendo pautada a discussão em relação a isso. Teria que se  
60 dar um espaço para termos todas as posições. Temos um debate um pouco mais  
61 longo, para que se vote apoio ou não, sabendo o que se está votando. Este relato  
62 colocado não é suficiente para que todos os Conselheiros entendam qual é o ganho  
63 político que tem destas forças que estão atuando sobre este movimento. Tem uma boa  
64 parte que nunca trabalhou a favor dos trabalhadores, nem da saúde pública. Então,  
65 precisamos qualificar esta decisão de apoio ou não. Que se fale isto especificamente  
66 em outra reunião para termos um debate mais amplo. Se manifesta a Conselheira  
67 ALAIR, do SINDISAUDE, dizendo que sua Instituição esta junto nesta luta no  
68 movimento Mais Saúde para os Hospitais. Temos que nos unir a favor da população.  
69 Nós Conselheiros, temos que pensar nos Usuários. Não é briga política. A CUT está  
70 junto. Estava no movimento Mais Saúde, na Assembléia Legislativa. Foi junto assinar o  
71 documento para a Governadora. Não podemos ser contra porque é patrão. Fala a  
72 Conselheira MARIA GENECI, reforçando o que a ALAIR falou. Diz que é por ai. A gente  
73 senta-se à mesa de negociação. O patrão sempre puxa para baixo. Diz que a verba do  
74 SUS é muito baixa. Sabemos que a verba do SUS é baixa, para os Hospitais. Então,  
75 temos parceria sim pois queremos que os Hospitais tenham esta gordura financeira. A  
76 Coordenadora ZILDA MARTINS encaminha então a pauta principal, passando ao  
77 Conselheiro OSCAR PANIZ, conforme orientação tirada anteriormente, para que o  
78 mesmo conduza o tema sobre os Implantes Intradérmicos. Diz ele então que será  
79 feita uma pequena introdução do que aconteceu, ler o Parecer da SETEC. Temos aqui  
80 o Conselheiro WILSON VALÉRIO LOPES, da UAMPA, designado pelo Conselho  
81 Nacional de Saúde para que represente o mesmo hoje, aqui. Ele estará lendo o  
82 Parecer 006/07, emitido por aquele Conselho, que no início da discussão deste  
83 assunto, em dezembro, nos solicitou toda documentação produzida. Gostaríamos que  
84 esta Plenária fosse propositiva. Temos em estoque em torno de 2.300 implantes, que  
85 passaram a ser propriedade do município e devem ser usados. Relembra então o  
86 Conselheiro OSCAR PANIZ que no início de dezembro de 2006, o Conselho Municipal  
87 foi chamado a atenção através do Diário Oficial do Município por um Projeto que se  
88 Chamava: "Implante Subcutâneo para a Prevenção de Gravidez na Adolescência: Uma  
89 Estratégia de Planejamento Familiar". As características do Projeto chamaram a  
90 atenção e o Conselho, em função disso, resolveu fazer questionamentos. Deixamos  
91 claro que desde o início não questionávamos o medicamento, mas sim o método.  
92 Como estava sendo implantado. Enviou-se correspondência ao Gabinete, solicitando  
93 informações, posteriormente, em 20 de dezembro, na Reunião de Núcleo, foi-nos  
94 apresentado o Projeto. Na Plenária de 21 de dezembro, os Conselheiros decidiram  
95 suspender temporariamente a aplicação dos Implantes. A Secretaria enviou  
96 comunicado à todas as Gerencias no sentido de respeitar a decisão do Conselho. O  
97 Ministério Público Estadual solicitou esclarecimentos ao Conselho Municipal de  
98 Saúde, a partir de uma Audiência Pública realizada naquela Instituição. O Conselho  
99 respondeu por escrito ao Ministério Público. Este, enviou correspondência ao Sr.  
100 Secretário da Saúde, fazendo-lhe uma "Recomendação Administrativa". O Secretário  
101 da Saúde, respeitando a instância do Conselho, chamou-nos para ver qual a melhor  
102 solução, e acabamos chegando nesta data de 15 de março, de 2007, Plenária  
103 Extraordinária, para ver se chegamos a um bom termo. Sendo assim solicito que a  
104 Coordenadora da SETEC, ELEN BORBA, faça a leitura do **PARECER 013/07-**  
105 **PROJETO DE IMPLANTE SUBCUTÂNEO PARA PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ NA**  
106 **ADOLESCÊNCIA. UMA ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR. (documento**  
107 **em anexo a ata).** Após, a Plenária concorda e o Conselheiro WILSON VALÉRIO  
108 LOPES faz a leitura do **PARECER 006/07-Assunto: Adoção de um Programa de**

109 **Combate à Gravidez, utilizando implantes subcutâneos para Anticoncepção em**  
110 **Adolescentes , instituído pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.**  
111 **(DOCUMENTO EM ANEXO A ATA).** Iniciam-se as manifestações, com a Dra. LIZIA  
112 MOTA, dizendo que, enquanto Gestor, discordamos do Parecer da SETEC, o que já  
113 manifestamos na Reunião da mesma. Sobre o Parecer do Comitê de Ética em  
114 Pesquisa. Esta Ação de Saúde não é pesquisa. Temos aqui um livro do Ministério da  
115 Saúde, produzido aqui no RS, pela Universidade Federal do RS. Manual Ambulatorial.  
116 Este livro está sendo distribuído a todas Unidades de Saúde. Aqui tem duas situações  
117 sobre implantes, inclusive na adolescência. Não é Projeto de Pesquisa e, segundo,  
118 gostaria de referir que o Parecer do Comitê de Ética se refere a pendências de  
119 documentos, porque este Projeto não foi formatado como Projeto de Pesquisa,  
120 simplesmente porque não é um Projeto de Pesquisa. Todas as considerações do  
121 Comitê de Ética são relações na formulação técnica do Projeto. Então o Parecer não  
122 aprovado, nós constestamos, pois houve uma questão de formatação e não uma  
123 questão de julgamento ético, até porque, comprovadamente ele não é este processo  
124 de projeto experimental. Quanto a questão de oferecer a todas as demais mulheres,  
125 nós já comentamos isso na reunião de núcleo e gostaríamos que se colocasse a  
126 questão de equidade. Gostaríamos que fossem respeitadas as vulnerabilidades das  
127 populações, caso o Parecer da SETEC seja aprovado. E a terceira questão, em  
128 relação aos métodos contraceptivos, que é um encaminhamento da Plenária anterior,  
129 que teríamos que garantir a oferta de contraceptivos. Isso não esta completamente  
130 correto, pois quem tem que garantir é o Ministério da Saúde. Temos aqui um  
131 levantamento de envio de contraceptivos do Ministério da Saúde que foi zero. Nós  
132 mantivemos a oferta dentro das possibilidades para as Unidades. Tenho um  
133 levantamento parcial, e faço uns parênteses e solicito a Planária que cite as Unidades  
134 onde não tenham anticoncepcional. A informação que tenho é de que não houve  
135 cessação de abastecimento e sim umas questões de desabastecimento em função de  
136 o Ministério não estar enviando o que lhe cabe. Iniciam-se as manifestações, que  
137 inicia com a Conselheira ZILDA MARTINS. Diz que já se sente contemplada com as  
138 manifestações até aqui havidas. Atento para que no Parecer lido, o mesmo já  
139 contempla algumas propostas. Para mim este Projeto não existe mais. A saída para  
140 outras faixas etárias, saído dos 15 aos 18 anos, é o adequado. Concordo que se  
141 respeite a equidade. Manifesta-se a Conselheira LISIA GABE, e sua questão de  
142 encaminhamento é pela não utilização do medicamento de implantes visto o alto grau  
143 de efeito adverso, que seria então o sangramento. Concordamos totalmente com o  
144 Parecer do Conselho Nacional de Saúde. Nós já colocamos todas as situações. Como  
145 é uma doação, a Prefeitura não terá perda nenhuma. Que não seja utilizado na Rede  
146 Pública, já que tem todos estes efeitos adversos, grandes, nas observações que  
147 fizemos. Tem uma porcentagem até maior do que foi apresentado. Em torno de 40%  
148 de descontinuidade do tratamento, que não é somente pelo sangramento vaginal, mas  
149 também por outros efeitos adversos. A nossa proposta é a não utilização na Rede  
150 Pública dos Implantes. Se manifesta a Enfermeira NEUZA HEIZELMANN, que gostaria  
151 de agregar algumas coisas, como por exemplo sobre o movimento de mulheres, que  
152 foi bastante criticado pois estava se colocando contra uma possibilidade de utilização  
153 de uma tecnologia nova. A gente quando trabalha com o Planejamento Familiar ou  
154 Planejamento Reprodutivo, nos preocupamos sim com as pessoas envolvidas, que  
155 estão sendo objeto deste trabalho e com as conseqüências que isto possa vir a ter.  
156 Estamos preocupadas com a condição de vida sim, de saúde, qualidade de vida pos  
157 utilização de uma tecnologia nova. Para nós ficou caracterizado desde o primeiro  
158 momento como sendo uma pesquisa que estava sendo desenvolvida em nossas  
159 adolescentes. A nossa intenção sempre foi de preservar as nossas adolescentes.  
160 Levar a condição para que elas possam escolher dentro de uma coleção, a disposição,  
161 a partir de informações que são passadas, para decidir o que é melhor para elas. Que  
162 não seja o albergue, a mãe, o pai, que decidam sobre a situação destas meninas.

163 Outra coisa, que queria colocar, é que em nenhum momento a gente vê, embora seja  
164 dito, que as ações que tenham ocorrido, sejam ações efetivamente ações  
165 intersetoriais. Fizemos uma Audiência Pública uma Câmara e que esta Audiência  
166 sugeriu um Seminário para que se fizesse uma discussão sobre saúde sexual e  
167 reprodutiva, que é a política que nós queremos. Para que se tenha acesso à todos e  
168 todas. As instituições que irão colaborar na organização do Seminário são o Coletivo  
169 Feminino Plural, o Maria Mulher, o GAPA, e do Conselho Municipal da Mulher, a  
170 representação já esta identificada e o Conselho Municipal da Saúde, através da  
171 DÉBORA MELECHI. . Fala a Conselheira HELOÍSA ALENCAR que primeiramente  
172 parabeniza o Conselho Municipal de Saúde, nesta questão. A postura do Conselho foi  
173 bastante firme, serena e cumpriu o seu papel. Estou muito orgulhosa de pertencer a  
174 este Conselho. Como é para ser propositivo, tenho 3 questões. Uma sobre o Parecer  
175 da Assessoria Jurídica que fala na questão da Legislação, hoje, não exigir que para  
176 firmar convênios e parcerias com o poder público tenha que ter mais tempo de  
177 existência. Acho que com relação ao município de Porto Alegre, tivemos uma  
178 experiência bem recente que mostra a fragilidade de determinadas parcerias, em  
179 termos de convênios. Entidades que não tem a menor experiência, tradição,  
180 consistência, para assumir, por exemplo, um projeto desta natureza. Penso então que  
181 se deva tirar uma Resolução do Conselho de que esses temas, envolvam ou não  
182 recursos, devam observar isso. A avaliação melhor com quem a gente esta firmando a  
183 parceria. Ainda bem que eles saíram, mas se não tivessem saído poderiam estar lá no  
184 meio do caminho. A segunda questão é a levantada pela LIZIA, sobre equidade. Acho  
185 que tu tem razão e quando se fala em Programa de Planejamento Familiar, que parece  
186 que é o que esta sendo proposto que a Secretaria apresente. Acho que os princípios do  
187 SUS estão contemplados nas Diretrizes Nacionais de Planejamento Familiar e Direito  
188 Reprodutivo. Se a mulher, menina usuária, tiver acolhimento, tiver acesso a informação  
189 e tiver direito de escolher o que lhe serve mais acho que a equidade já está garantida,  
190 com certeza. E com relação ao levantamento dos métodos disponíveis, penso que  
191 esta no papel da Assistência Farmacêutica da Secretaria apresentar ao Conselho um  
192 relatório disso, pois não é o Conselho que tem de saber se esta faltando ou não. É  
193 importante que fique explicito o que o Ministério manda, o que a Secretaria manda.  
194 Temos de ser parceiros no sentido de esclarecer isso, até para podermos tomar uma  
195 atitude quanto Conselho de Saúde. Continuando o Conselheiro OSCAR solicita que as  
196 propostas sejam encaminhadas por escrito, à mesa. Na seqüência fala a NO, da  
197 entidade Maria Mulher, que também parabeniza o Conselho Municipal e principalmente  
198 a sociedade civil, que se mobilizou, demonstrando quanto é importante a participação  
199 e como é importante o Controle Social. Sendo propositiva, acredito que tenhamos que  
200 continuar nesta mobilização, e a NEUZA já falou que haverá um seminário. Que  
201 continuemos neste fórum permanente, para que esta cidade tenha Políticas Públicas  
202 de Planejamento Reprodutivo, que contemple a diversidade, a equidade, a  
203 intersetorialidades e que também discutam as diferenças e questões específicas das  
204 mulheres negras e das índias, pois não podemos estar falando de mulheres, como um  
205 todo. Também proponho que se faça uma discussão sobre a falta de informação. Que  
206 os profissionais da saúde tenham ampla informação e educação permanente a  
207 respeito dos métodos contraceptivos. Quando uma mulher, ou alguém interessado,  
208 como o homem, possa estar recebendo destes profissionais realmente informações  
209 adequadas. Seguindo, fala o Sr. PEDRO RIBEIRO, que uma das coisas que ficou foi a  
210 de noção de Conselho Municipal, de Controle Social, como foi vinculada na mídia, de  
211 um modo geral, e na forma como foi colocada por participantes distintos, de  
212 interesses distintos deste Conselho Municipal, e também tanto de reuniões, como no  
213 Ministério Público. Ai se viu que a informação sobre o Conselho Municipal é muito  
214 vaga. Nós do Controle Social temos obrigações. Temos que criar formas de  
215 comunicação, para explicar à opinião pública do que é o Conselho e de quem o  
216 compõe. A informação tem de ser qualificada e repassada senão ficamos com as meias

217 verdades que andam por aí. Outra coisa é que as contestações aos documentos  
218 escritos, têm que serem contestações por escrito. Pareceres jurídicos, que num  
219 primeiro momento estava somente falado, por exemplo. Fala o Conselheiro ALBERTO  
220 TERRES, que também diz estarmos vivendo um momento histórico na cidade de Porto  
221 Alegre, no Conselho Municipal de Saúde. O Controle Social está de parabéns, pelo  
222 fato de um Projeto, colocado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da  
223 Secretaria Municipal da Saúde, sem uma discussão com a comunidade e com a  
224 sociedade. Este Conselho teve a capacidade, a inteligência e a competência de fazer  
225 este questionamento à Prefeitura, cobrando a participação. Houveram muitos  
226 momentos em que este Conselho ficou praticamente sozinho, contra vários segmentos  
227 da sociedade. Seja ele o Parecer do Ministério Público, seja ele até a própria  
228 imprensa, que através de algumas entidades questionaram o funcionamento do  
229 Conselho, por estar prestando um desserviço à cidade de Porto Alegre. Mesmo assim  
230 este Conselho se manteve de pé firme e a partir daí passou a fazer uma discussão com  
231 todas as entidades. A prova está na fragilidade do Projeto que o Instituto Mulher  
232 Consciente, na primeira batida, acabou desistindo. Não podemos parar por aí.  
233 Estamos solicitando investigação, pois a final de contas isto estava sendo colocado  
234 como uma Política Pública de Planejamento Familiar e não podemos aceitar que isso  
235 aconteça, pois tem-se entidade que não tem capacidade de se manter até o final.  
236 Manifesta-se o GUSTAVO, pela entidade Somos. Gostaria de falar sobre quem já tem  
237 os implantes. Acho que o Parecer deve contentar também esta população. Existem  
238 vários pareceres no sentido de quanto pode ser nocivo para as adolescentes. Como  
239 vai ficar esta situação. Acho que o Parecer deveria falar sobre isso. Que os implantes  
240 sejam retirados destas meninas e que a Prefeitura indenize-as pelo risco. Pode parecer  
241 engraçado, mas quando elas desenvolverem um câncer, a hipófise parar de funcionar  
242 ou funcionar de forma errada, será muito grave. Nestes pareceres elas têm condições  
243 de obterem uma indenização milionária, contra o município. Estes Gestores que fazem  
244 este tipo de política irresponsável devem ser punidos. Fala o Conselheiro WILSON  
245 VALÉRIO, que inscreve-se mais para dizer, com todo o respeito a tudo o que estava  
246 em jogo nesta discussão entre nossos interesses, acho que se salvou aqui a  
247 participação popular. Foi um embate muito duro. Quem acompanhou desde o início  
248 esta conversa viu na sociedade de Porto Alegre uma simpatia com relação a isso  
249 porque ninguém se apercebeu da profundidade desta discussão. Aí eu acho que nós  
250 da UAMPA, junto com outras entidades, fizemos o papel de ajudar a alertar a  
251 sociedade da importância que tem o controle social, pois estamos a muito tempo  
252 fazendo esta luta. Acho que saímos vitoriosos. A segunda coisa que queria dizer é que  
253 apesar de termos 15 anos de Conselho, alguns Gestores não tem muito respeito pelo  
254 Controle Social e pela participação popular. As vezes por práticas antigas ou as vezes  
255 porque não compreenderam ainda que hoje a sociedade se move desta forma. Em  
256 Porto Alegre temos esta prática. Todo mundo participa de vários Conselhos. Isso é  
257 importante porque ajuda a formar uma posição, e não vamos aqui dizer que é  
258 ideologização, mas sim garantir que a gente consiga avançar nesta história. Manifesta-  
259 se a Conselheira MARIA REJANE SEIBEL. Estivemos numa primeira discussão onde  
260 o Secretário estava sentado à mesa, falando, e quando foi colocada a questão  
261 pesquisa imediatamente ele se manifestou e disse, isto não é uma pesquisa. Agora  
262 isto é de se estranhar, pois uma ONG que foi formada no ano passado e que agora, a  
263 uma semana de ser colocado em votação do Projeto, neste Conselho, desistiu. Existia  
264 todo o interesse da Secretaria por uma comunidade e por uma semana, não quer mais  
265 participar, desistiu. Agora foi confirmado que não é uma pesquisa. Só não dá para  
266 entender, a gente que trabalha na ponta, porque deste questionário. Para qualquer  
267 adolescente de 14, 15 ou 16 anos, que consulta sozinho, na rede, não há proibição de  
268 nenhum profissional, pelo menos que eu convivo diariamente, que deixam de  
269 prescrever uma pílula ou que deixam de fazer o procedimento nestas meninas, por falta  
270 de consentimento. Os únicos consentimentos informados que tem na Rede municipal,

271 para os profissionais médicos, é laqueadura tubária, que faz parte de todo o programa  
272 de planejamento. A vasectomia, para os homens e a inserção de DIU. Não existe  
273 nenhum outro formulário na rede, para, por exemplo, adolescentes. São estas coisas  
274 que a gente estranha. Porque todo este questionário? Com determinada comunidade,  
275 determinado profissional, com determinado tempo. O vencimento dos medicamentos é  
276 para o ano que vem e nós do Controle Social somos chamados de irresponsáveis.  
277 Que nós prestamos um desserviço a sociedade. São coisas extremamente sérias que  
278 foram ditas. Este é o desdobramento que a própria mídia, onde determinados  
279 segmentos têm mais poder e hoje a gente não vê a participação de determinadas  
280 pessoas, que inclusive disseram isso do próprio Conselho. A questão dos  
281 contraceptivos injetáveis está faltando na Rede. Já foi colocado pelo Gestor, que é em  
282 função do Ministério da Saúde. Se a Dra. LIZIA quiser os nomes, lá na Gerência Leste  
283 Nordeste, em diversas Unidades de Saúde, não há determinados injetáveis. No ano  
284 passado ficamos sem receber o .....claro com a justificativa que é a falta de  
285 repasse do Ministério. Estas doações devem ser encaminhadas a todas as Gerências,  
286 que tem profissionais farmacêuticos e juntamente com esta questão de equidade, que  
287 se tem a ASSEPLA, que tem a Saúde da Mulher, que tem todo um estudo da  
288 vulnerabilidade, da necessidade, até porque no Relatório Trimestral a gente pode  
289 verificar na Assistência Farmacêutica e na Saúde da Mulher, se realmente este  
290 método foi feito na forma eqüitativa. Se manifesta a seguir a Sra. MARISA, dizendo  
291 que após a Audiência Pública, a Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores reuniu-  
292 se para avaliar a Audiência. Lá o Vereador SEBENELLO, defensor do Programa, disse  
293 estar claro que é uma pesquisa. Então alguém diz que é, outro diz que não é uma  
294 pesquisa. Isso nós queremos saber. Este pode ser o ponta pé inicial para se discutir  
295 Planejamento Reprodutivo. Até recebi um artigo muito interessante das Mulheres do  
296 PPS, onde elas colocam coisas feitas em São Paulo, muito mais eficazes. Teria 91%  
297 de redução de gravidez na adolescência. Fala a Dra. ELIANA FERREIRA, Gerente  
298 Distrital Leste Nordeste, que diz ficar até intrigada em relação ao rumo que este  
299 assunto tomou. Trabalho em Saúde Pública há 25 anos. Quando comecei a trabalhar  
300 esta Secretaria já tinha um Programa de Planejamento Familiar. Não foi esta Gestão  
301 que inventou e do qual faziam parte um arsenal de recursos de prevenção à gravidez,  
302 onde faziam parte preservativos, diafragma, DIUs, laqueadura tubária, vasectomia,  
303 anticoncepcionais orais, injetáveis, etc Nunca ouvi falar que qualquer um destes tenha  
304 sido discutido neste Conselho, embora, Sr. DEOCLIDES, a maioria deles seja criticado  
305 pela Igreja e muitos deles sejam irreversíveis, como a vasectomia e a laqueadura. No  
306 entanto nunca houve este tipo de discussão aqui. O que nós temos é uma tragédia  
307 quase epidêmica, que se chama Gravidez na Adolescência. Todos nós vivemos isso  
308 diariamente em nossos locais de trabalho. Sabemos o estrago que isto ocasiona na  
309 vida de uma menina, criança. Tanto do ponto de vista econômico, diminuindo a renda  
310 familiar, quanto do ponto de vista de risco para a própria saúde dela. As perdas que a  
311 evasão escolar provoca, em função da Gravidez indesejada. Sem falar nos danos  
312 emocionais que isto representa na vida de uma menina. Então o que aconteceu? Nós  
313 todos preocupados com isso e ninguém fazendo nada. Esta ONG, acho que teve uma  
314 boa intenção. Colaborar com a Gestão. Ajudar a população. Nos ofereceu um recurso  
315 seguro. Tecnicamente seguro. Já foi testado, aprovado e usado em todos os países do  
316 mundo. Em todos os consultórios ginecológicos, de classe média e alta, sim senhor. A  
317 Secretaria da Saúde nunca poderia custear para os nossos usuários. Respeito muito,  
318 admiro muito a preocupação que o Conselho Municipal teve, ao se debruçar sobre este  
319 tema. A gente se sente até protegida com a preocupação demonstrada, só penso que  
320 este debate não deve tomar uma proporção, que nos faça perder o norte da discussão.  
321 A preocupação de vocês tem de ser a mesma nossa. Este método não invalida nem  
322 anula nenhum dos que já existe. Todos eles devem ser oferecidos, inclusive aos  
323 adolescentes. Tem que ser espontâneo esta adesão. Nos instrumentalizamos da  
324 melhor maneira possível para aplicar este método. Ele é seguro. É considerado mais

325 eficaz, com a vantagem em relação aos outros que é da reversibilidade. O que a  
326 gente quer é ajudar a adolescente, protegê-la, num período em que ela não está  
327 emocionalmente pronta para decidir. É uma perda para a sociedade, para a  
328 comunidade carente, abrimos mão deste recurso. Quem se pronuncia é a Sra.  
329 CRISTINA. Saúda a todos. Diz trabalhar na Vila Pinto, com crianças e adolescentes. É  
330 uma das regiões com maior incidência de gravidez precoce e com portadores do HIV. É  
331 a primeira vez que participo desta Plenária. Quando soube da mesma me senti na  
332 obrigação de participar para ouvir as diversas opiniões e o que realmente está  
333 acontecendo, pois o que a gente escuta é que está acontecendo uma disputa  
334 partidária. Pergunto: quem das mulheres aqui na plenária usa o implante? Eu uso.  
335 Coloquei em 2001. Problema de sangramento excessivo depende de organismo para  
336 organismo, como qualquer método contraceptivo. Portanto, o método é, a pelo menos  
337 8 anos, utilizado por mulheres que podem pagar. Não acredito que agora seja uma  
338 pesquisa. Acho pessoal que não se devia discutir o método. Mas eu estou vendo que  
339 estão falando contra o implante. Então temos que colocar o método anticoncepcional  
340 como opção para aquelas mulheres que não tem acesso. Numa primeira fala que eu  
341 escutei ouvi que as meninas seriam obrigadas a colocar os implantes. Em abrigos as  
342 meninas recebem o método contraceptivo injetável. Não sei se tem alguém aqui que  
343 me responde se é obrigatório ou não. Tenho uma menina que atendo, que está num  
344 abrigo. Responde-lhe a Conselheira MIRIAM FRANÇA, que trabalha em abrigo, que  
345 pode e há muitos que fazem. Pergunta então a Sra. CRISTINA se isto veio para o  
346 Conselho? É um método contraceptivo. Deveria vir parar aqui também. Na seqüência  
347 se manifesta o Dr. NAURO AGUIAR, dizendo que nosso papel é muito importante aqui  
348 em discutir estas questões. Este é um espaço democrático e acho que cabem as  
349 opiniões contrárias e que não deveriam ser motivo de risinhos. Acho que deve haver  
350 respeito às posições contrárias. Como ginecologista, não como representante do  
351 sindicato, sou favorável ao implante. Têm-se uma quantidade X que pode ser  
352 disponibilizada para uma população X, devemos usar. Vamos minimizar o problema lá.  
353 Mas também eu reconheço que tem uma série de considerações feitas pelos  
354 conselheiros, que são válidas, justas e coerentes. Então, uma política de Planejamento  
355 Familiar, que ofereça todos os métodos e que a pessoa possa escolher aquele que  
356 melhor convém. Geralmente se diz que cada caso é um caso. Minha posição pessoal  
357 é esta, favorável. A posição do Sindicato Médico, onde foi discutido também, é  
358 favorável ao uso do implante. Nós temos que discutir uma série de questões que foram  
359 levantadas pelo Conselho, de maneira pertinente. Então, este espaço está muito bom,  
360 nesta discussão e vão oferecer 2 ou 3 mil implantes e depois que terminar o prazo,  
361 como é que fica? Estou falando um, para não ficar discutindo, discutindo, mas  
362 realmente a discussão levantou uma série de questões pertinentes ao tema. A posição  
363 minha e do Sindicato é favorável. Votei na primeira votação que teve aqui. Uma  
364 simplesmente de suspender, que venceu, pela maioria, e uma que diz, manter e  
365 discutir. E votei por manter e discutir. E nós mantemos a posição. Só para ficar  
366 registrado, não passando em branco, sem que se manifestemos sobre isso. Com todo  
367 o respeito. Há uma unanimidade aqui no Conselho. Eu como Sindicato Médico, sou  
368 uma minoria. Por isso temos que respeitar as opiniões divergentes, pois aqui o embate  
369 é importante. Se manifesta a Conselheira HELOÍSA ALENCAR, dizendo ter-se escrito  
370 novamente pois me senti provocada na fala da Dra. ELIANA. Também sou médica da  
371 rede pública a muitos anos e realmente o Programa de Planejamento Familiar existe a  
372 bastante tempo. E gostaria de chamara a atenção dos conselheiros e não sei se todo  
373 mundo prestou a atenção na leitura do Projeto, que todo mundo recebeu. Existem  
374 dados ali, muito importantes. Em 2003 a proporção de partos em adolescentes era de  
375 19%. Isso caiu para 12%, significando que com implantes ou sem implantes, e na  
376 verdade, sem implantes, existe um Planejamento Familiar que foi capaz sim de reduzir  
377 esta proporção. Fez acontecer alguma coisa na cidade. O Projeto não explica  
378 exatamente quais foram as ações mas provavelmente é a rede da Secretaria da

379 Saúde funcionando. Acho, então, que a gente tem de se preocupar menos com uma  
380 nova tecnologia, não tão disponível assim, A proposta da SETEC é esta, para as  
381 adolescentes que dele puderem trazer benefícios. Que dele puderem optar. Mas o que  
382 não pode acontecer é um método ser apresentado na mídia, como foi esse, como a  
383 panacéia da gravidez na adolescência. Como ele apareceu? Em rede nacional. No  
384 jornal, desta forma. Porto Alegre tinha descoberto a Bomba Atômica, para salvar as  
385 adolescentes. Então na verdade não se trata disso e em função disso que o Conselho  
386 se manifestou. Fez um trabalho de conscientização sim. De esclarecimento, de  
387 abertura desta discussão, que não era simples, como parecia. Tinha outras coisas por  
388 trás disso. A prova é o desenrolar que isso teve. Então, que a gente vote e aprove o  
389 Parecer da SETEC e que o Programa que Secretaria vai elaborar, com um viés  
390 específico para adolescentes, possa voltar para esta Plenária. Ser discutido, avaliado.  
391 Ajudar, contribuir, nesta questão. Meu encaminhamento é este. Fala o conselheiro  
392 HUMBERTO, que disse ter feito um voto de silêncio, para não falar hoje. Mas como as  
393 coisas foram se encaminhando, a omissão também é um crime. Eu estou feliz. Vejo o  
394 que significa o amadurecimento deste Conselho. E aquilo que aqueles que pensavam,  
395 fazendo uma imagem negativa do Conselho, porque mais importante que os risinhos  
396 que ficam aqui dentro, é o que foi ventilado na mídia, por exemplo, num programa que  
397 o Sindicato nosso dizia que o Conselho prestava um desserviço. Era uma vinheta que  
398 não durou muito. Na Rádio Gaúcha, de manhã, para quem é madrugador que nem  
399 eu. Então, mais importante que os risinhos, que possam acontecer, é esta imagem de  
400 instituições que pertencem ao próprio Conselho que não entenderam o que é o  
401 Conselho. A discussão vai sim num amadurecimento e num crescimento que aconteceu  
402 para todos nós. Todos nós aprendemos, e isso desembocou para umas exigências  
403 que o Conselho desembocou, graças ao que levantou o movimento das mulheres,  
404 porque isso veio estourar aqui, como tambor de ressonância, num momento em que o  
405 movimento das mulheres se apossou. E, a quem vem pela primeira vez, e relata um  
406 fato positivo. Que bom, devem ter outros fatos positivos. Só que gostaria de que  
407 aqueles que vem pela primeira vez hoje e aqueles que retornam depois de uma  
408 ausência, que eles comecem cada vez mais a se empenhar a fazer o Controle Social,  
409 através das discussões que são feitas aqui dentro. Nenhum de nós recebe jeton para  
410 estar aqui dentro. Estamos aqui porque queremos. E nós também não temos  
411 honorificências, ou rega bofes, como podem ser jornais, para publicar coisas. Nós  
412 trabalhamos silentemente, arduamente, levando na cabeça, quando tem que levar. Mas  
413 eu vejo este crescimento, este amadurecimento. Houve, houveram, diversas  
414 manifestações que agregaram, e sei que a Secretaria Municipal de Saúde é sensível,  
415 neste momento, a estas manifestações. Houve um Parecer da SETEC, que é sério e  
416 algumas pessoas, quando se manifestaram, não entenderam ou não ouviram, ou quem  
417 sabe estavam entre conversas e risinhos, não ouvindo o que era o Parecer. Então  
418 conclamo que no momento de votar, se vote e vamos entender, que a criatura  
419 humana, o indivíduo, tem direito de escolher para si, não ser imposto, não ser massa  
420 para um teste de qualquer coisa. Parabéns para todos nós. Ninguém está aqui para  
421 fazer debates ideológicos, partidários. Só quem não acompanha este Conselho.  
422 Notamos também as ausências daqueles que estavam tão interessados, que  
423 trouxeram um ônibus de gente para cá, fizeram todo um auê aqui dentro e se  
424 ofenderam lá. Não estão aqui, porque aqui estão os sérios. Estão aqueles que se  
425 constituíram como defensores de saúde pública. Fala a Dra. DENISE AERTS,  
426 dirigindo-se ao PEDRO, em relação a contestar pareceres. As dúvidas que nós temos  
427 em relação ao Comitê de Ética e Pesquisa, já estão providenciando um ofício, levando  
428 estas questões para serem esclarecidas. Se é pesquisa ou não, embora já esteja claro  
429 para todos. Para a Secretaria Municipal de Saúde, jamais foi pesquisa e a  
430 recomendação para a faixa etária dos adolescentes, e ai eu gostaria que vocês  
431 lessem, quem duvida, procurem na página 352 deste livro que vai estar disponível  
432 em todas as Unidades de Saúde, onde diz: “anticoncepção em períodos especiais”.

433 Tem 3 parágrafos sobre adolescência e o último parágrafo diz: pode-se indicar os  
434 implantes subdérmicos para contracepção que dependam de estímulo ao uso, o mais  
435 que o não uso do método é mais freqüente nesta faixa etária. Então, se existem  
436 problemas em relação a qualidade do método, existem também uma série de trabalhos  
437 produzidos em um livro, pelo Ministério da Saúde, dizendo que é um método seguro,  
438 inclusive para faixas adolescentes. A Secretaria Municipal da Saúde entende o  
439 seguinte. Foi escolhida a faixa etária das adolescentes por ser a população mais em  
440 risco para a gestação e com mais dificuldade na realização de um planejamento  
441 reprodutivo. A SETEC, representando o órgão técnico consultivo do Conselho entendeu  
442 que este Programa deva ser ampliado para todas as faixas etárias. A Secretaria  
443 Municipal da Saúde concorda com este encaminhamento, Recomenda também que  
444 na faixa etária do adolescentes tenha-se um olhar especial e se esclareça várias  
445 questões que foram apontadas pelo Conselho. A Secretaria também concorda com isso  
446 e se dispõe a acrescentar isso no programa que vai ser apresentado. Nos resta então  
447 decidir, nós que recebemos uma doação de uma ONG que não mais esta conosco,  
448 pelas razões deles, mas o que nos interessa, os implantes, está. Eles são finitos,  
449 terminarão. Nós possivelmente não teremos recursos, dado o valor, para manter  
450 como método de oferecimento regular. O mesmo aconteceria se tivéssemos recebido  
451 próteses de quadril ou cadeiras de roda. O que nós queremos dizer é que entendemos  
452 o trabalho da SETEC e que achamos que ele apresenta um avanço da discussão que  
453 se criou e a gente vai poder oferecer para as mulheres de toda esta cidade e para toda  
454 a população mais um recurso, que se bem utilizado, podem trazer, com certeza, mais  
455 benefícios do que problemas. O Coordenador, OSCAR PANIZ, encaminha a votação  
456 do Parecer 013/07. Antes é feita a Leitura das Propostas que chegaram por escrito.  
457 **PROPOSTA 1:** a) *Resolução do Conselho Municipal de Saúde, definindo que ONGs*  
458 *com menos de 2 anos de existência, não firmem convênios ou parceiros com o*  
459 *município;* b) *Que a Assistência Farmacêutica apresente o levantamento sobre os*  
460 *métodos disponíveis na Rede;* **PROPOSTA 2:** a) *Que o Parecer da SETEC, caso*  
461 *aprovado, transforme-se em Resolução;* **PROPOSTA 3:** a) *política pública de*  
462 *planejamento reprodutivo;* b) *política pública de saúde que contemple as*  
463 *intersectorialidades;* c) *que a política pública atenda a diversidade e equidade;* d) *que a*  
464 *política pública contemple as questões específicas das mulheres negras e índias;*  
465 d) *educação permanente à profissionais da saúde sobre os métodos contraceptivos*  
466 *existentes;* e) *política pública de saúde para adolescentes;* **PROPOSTA 4:** a) *uma*  
467 *política de planejamento familiar efetivo;* b) *uma política que contemple a diversidade;*  
468 c) *formação e educação permanente de métodos contraceptivos, para todos os*  
469 *cidadãos;* **PROPOSTA 5:** a) *que não seja utilizado n rede pública, devido ao alto índice*  
470 *de efeito adverso(40%) em sangramento;* b) *que esta doação seja devolvida;*  
471 **PROPOSTA 6:** a) *que os implantes sejam disponibilizados para toda rede com*  
472 *controle de distribuição da coordenação de assistência farmacêutica, mais assepla*  
473 *mais saúde da mulher e ser analisado após sua distribuição, em relatórios;*  
474 **PROPOSTA 7:** a) *seminário na câmara municipal de vereadores deverá ser composto*  
475 *por representantes de ONGs feministas, coletivo feminino plural, e Maria mulher, por*  
476 *decisão do grupo, do fórum de ONGs AIDS, GAPA e NEP(?),*  
477 *CONDIM(Silvana)CMS(Débora) e Secretaria Municipal de Saúde. Nossa proposta é de*  
478 *que sejam representantes da saúde da mulher da assepla;* b) *projeto de atenção*  
479 *integral à saúde dos adolescentes, intersectorial;* c) *acompanhamento da utilização de*  
480 *métodos contraceptivos pelo CMS, auxiliando na cobrança às instâncias responsáveis*  
481 *pelo repasse;* d) *utilização dos implantes hormonais de forma universal e eqüitativa,*  
482 *mas consideradas as especificidades, as situações especiais, com avaliação criteriosa*  
483 *e ampla;* **PROPOSTA 8:** a) *os medicamentos foram doados ao município de Porto*  
484 *Alegre e portanto devem ser aplicados na rede;* b) *deverão serem utilizados em*  
485 *mulheres em situações especiais, populações de rua, psiquiatria, adolescentes em*  
486 *alta vulnerabilidade social(até por indicação da FASC), obedecendo critérios técnicos;*

487 c) a aplicação deverá ocorrer em locais como SAE, Hospital Materno Infantil  
488 Presidente Vargas(PAIGA, Psiquiatria, Ambulatório de Violência contra a Mulher),  
489 Hospital de Clínicas, onde está se criando um Ambulatório de Planejamento Familiar  
490 para situações especiais, referenciando-se as usuárias nestes serviços, onde se  
491 garantirá o sigilo de seus prontuários; d)para a elaboração da proposta/plano, que haja  
492 a participação de saúde da mulher, saúde mental, criança e adolescente e aids; Após  
493 a apresentação das propostas é feita novamente a leitura do Parecer 013/07(**EM**  
494 **ANEXO**). Após, encaminha o Coordenador, OSCAR PANIZ, a votação do mesmo,  
495 sendo aprovado por 32 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. Diz o Coordenador  
496 que as contribuições serão encaminhadas ao Gabinete e o Conselho, no seu dever,  
497 deverá acompanhar isso. As 20:30 hs, nada mais havendo é encerrada a presente  
498 plenária e lavrada a presente Ata.

499

500

501

ZILDA DE MORAES MARTINS

OSCAR RISSIERI PANIZ

502

Coordenadora da Plenária

Secretário

503

Ata aprovada na reunião plenária do dia 12/04/2007